

AS VEIAS “FECHADAS” DA AMÉRICA LATINA

The closed veins of Latin America

Cristiano Evaristo da Rosa Alves *

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa documental e bibliográfica sobre algumas conexões entre: o sistema econômico e a organização social e política da América Latina. Uma paráfrase contida no título deste artigo alude à obra *As veias abertas da América Latina* (Galeano, 1996), um clássico do pensamento social latino-americano, que juntamente com *Brasil: o país do futuro*, (Stefan Zweig, 1960), constitui uma busca de indícios históricos, econômicos, políticos e sociológicos da jornada latino-americana das últimas décadas. A partir da ascensão dos governos de esquerda na região, vemos como a política externa, e sua retórica, juntamente com alguns indicadores socioeconômicos foram se alterando. Ao longo da pesquisa valemo-nos das entrevistas de alguns dos presidentes latino-americanos na década de 2000 para compreensão da conjuntura geopolítica da época. Ao final demonstramos que houve significativa redução da pobreza nos países da América Latina nesse período, sendo que as maiores se deram na Venezuela e no Equador, corroborando, em certa medida, os livros de Galeano e Zweig.

Palavras-chave: América Latina. Brasil. Hegemonia americana.

Abstract: This paper is a bibliographic research about some connections between the economic system and social and political organization of Latin America. A paraphrase contained in the title of this paper alludes to the book *Open veins of Latin America* (GALEANO, 1996), which was a search for historical, economic, political and sociological evidences of journey from Latin America in recent

* Cristiano Evaristo da Rosa Alves é especialista em Cultura, Identidade e História pela ULBRA/Torres/RS e mestrando em Ciências Sociais pela PUCRS, em Porto Alegre, Brasil.
<cristiano.evaristo@acad.pucrs.br>

decades until the second decade of the Century XXI. Their democratic evolution, its rhetoric and some socioeconomic indicators. Throughout the studies we make use of Robert Dahl, Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto and interviews of some of the Latin American presidents in the 2000s. At the end we show that significant reduction of poverty in Latin American countries in the 2000s, especially in Venezuela and Ecuador.

Palavras-chave: Latin America. Brazil. American hegemony. Left.

Introdução

Dois acontecimentos aparentemente desconectados deram o tônus daquilo que marcou a América Latina na primeira década do Século XXI e, com grande eco na mídia, trouxeram à baila autores cujos títulos de seus livros viraram clichê. São dois historicistas que entraram para a história da literatura latino-americana e brasileira, integrando parte do pensamento social da região, com temas ligados ao imperialismo norte-americano e às potencialidades do Brasil como país do futuro.

O primeiro acontecimento trata-se da entrega de um livro, ao então recém-empossado, presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, por parte do presidente da Venezuela Hugo Chávez, às vésperas da 5ª Cúpula das Américas. Embora, o gesto causador de uma gafe ambígua: Obama não lia em espanhol; o presente cheio de simbolismo tratava-se de *As Veias Abertas da América Latina*, do escritor uruguaio Eduardo Galeano, que logo virou *best-seller* na livraria eletrônica Amazon (DÁVILA; MAISONNAVE, 2009) após a cerimônia.

O segundo escritor foi destacado de forma mais implícita no Programa *60 Minutes*, no canal de televisão norte-americano CBS em dezembro de 2010, um dos programas mais assistidos da TV americana¹ (NIELSEN, 2015). Sob o título *Brazil's rising star* (a estrela ascendente do Brasil, tradução nossa) traz a

¹ A Nielsen é uma provedora global de informações e *insights* sobre o que o consumidor assiste e compra.

célebre metonímia em tom de piada: por décadas o Brasil foi “o país do futuro e, sempre seria”, segundo o âncora, mas se via diante do desafio de administrar o sucesso econômico (60 MINUTES, 2010). *Brasil: o país do futuro* (1960), publicado originalmente em 1941, é o próprio nome da obra de Stefan Zweig, um dos autores mais lidos de sua época, no mundo; mas então, o Brasil se tornou o país do presente?

Não será nosso foco discorrer sobre uma questão tão recente e diacrônica. Mas a mudança da política externa na América Latina, seja pela integração do tipo econômica: como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), política: como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ou ambas: como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), concomitante ao advento dos novos governantes de esquerda, que democraticamente eleitos cercearam a ação do capitalismo norte americano e europeu, seja impedindo que novos fluxos de capitais cheguem à Europa, por exemplo, como a estatização da petrolífera espanhola YPF, a nacionalização do gás boliviano e outras medidas de proteção das economias sul-americanas, como o fim das privatizações ou ainda não aceitando bases militares americanas, como aconteceu no Equador.

Ainda, que os países europeus e os Estados Unidos impedidos de subsidiar sua cadeia produtiva concomitante ao seu *welfare state* estavam perdendo competitividade frente a países como o Brasil, 6ª economia do mundo em 2011, desbancando o Reino Unido, dando razão a Stefan Zweig e à luta de Galeano ou simplesmente os estados latino-americanos estavam preocupados em diminuir a dívida social interna de forma soberana?

Nos últimos 200 anos houve muitas tentativas de entender o desenvolvimento social humano, no entanto, nenhuma teoria sozinha foi capaz de explicar a sua diversidade, ainda assim, alguns aspectos sempre estiveram presentes nos padrões de mudança social: fatores culturais, o ambiente físico e a organização política (GIDDENS, 2012, p. 99). Zweig se atém a cultura e ao meio físico, cheio de riquezas minerais intocadas, capazes de soerguer o Brasil e Galeano atea fogo às intenções atribuídas ao capital especulativo internacional que não permitem o pleno acesso dos latino-americanos às suas

riquezas, nem ao exercício pleno do poder político quando este ameaça esse mesmo capital.

Desta forma, “para permitirmos a passagem da interpretação econômica ou da interpretação sociológica usuais” a fim de termos uma visão global do desenvolvimento da América Latina estudamos também “a conexão entre o sistema econômico e a organização social e política” (CARDOSO; FALETTO, 2011, p. 37, 38), bem como sua relação com os Estados Unidos e sua política externa hegemônica.

Colóquio hipotético entre Zweig e Galeano

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. (GALEANO, 1996, p. 14)

Há séculos o novo mundo foi colonizado por uma Europa fragmentada, mas sob o apogeu das grandes navegações destacaram-se três grandes potências colonizadoras: Grã-Bretanha, Espanha e Portugal. Dos Estados Unidos para baixo falar ou *hablar*, não representou significativa diferença. A América Latina, hipérbole geográfica da Península Ibérica, abasteceu a Europa com suas riquezas.

Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina íntegra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (GALEANO, 1996, p. 14).

E mesmo depois da independência, os países latino-americanos, nessa região das “veias abertas” nos termos de Galeano (1996), foram prato cheio ao capitalismo do Norte e às políticas externas de seus países.

No entanto, nunca faltaram visões românticas sobre o destino da América “não americana”, especialmente do Brasil, “país do futuro” (ZWEIG, 1960), sob prismas diferentes, as visões do uruguaio Galeano e do austríaco Zweig, são cheias de assertivas sobre as belezas, as potencialidades da região; mas Galeano vê o povo pobre e sem liberdade nos anos 1970; enquanto o autor da alcunha do Brasil antevê a transformação do país como esperança para a humanidade nos acabrunhados anos da segunda guerra mundial (1960, p. 65).

Zweig não foi contemporâneo de Galeano, no entanto, ambos discorreram sobre a pequena população no Brasil frente ao território imenso, para o primeiro, poderia chegar a “quinhentos, setecentos, novecentos milhões de habitantes sem que a densidade fosse superior à normal” (1960, p. 64), ideia corroborada pelo autor uruguaio: “o Brasil tem trinta e oito vezes menos habitantes por metro quadrado que a Bélgica” (GALEANO, 1996, p. 18).

A manutenção da baixa densidade demográfica seria um propósito e o controle de natalidade imposto pelo Banco Mundial na presidência de Robert McNamara, um alvitre:

(...) na América Latina é mais higiênico e eficaz matar guerrilheiros nos úteros do que nas serras ou nas ruas. Diversas missões norte-americanas esterilizaram milhares de mulheres na Amazônia, apesar de ser esta zona a mais deserta do planeta (GALEANO, 1996, p. 17, 18, grifo do autor).

Um fato curioso é a sugestão de Stefan Zweig com relação à transfusão de sangue e capital que deveria ser feita entre o Brasil e a Europa (1960, p. 106). Sincronizando com a expressão de Galeano, podemos dizer que as veias abertas, geraram uma hemorragia no povo latino-americano, com base nos níveis de pobreza existentes após a metade do século passado, onde crescimento econômico não significou igualdade social. Colocando o Brasil junto

aos países que perderam a oportunidade de promover o desenvolvimento humano e crescimento econômico simultâneos até o fim da década de 1980, no *Human Development Report*, de 1990. (UNDP, 1990). Somam-se a isso “os níveis de desigualdade historicamente elevados têm sido relacionados com uma distribuição desigual de terra e educação” na América Latina (NUDP, 2010, p. 161).

The América Latina Company – Retrato dos anos 60

Ao final dos anos 1960 parecia que o modelo capitalista norte-americano havia triunfado (SENNET, 2006, p. 15), Richard Nixon chegou a afirmar que o PIB *per capita* dos Estados Unidos chegaria ao final do século XX quinze vezes maior que o da América Latina, na Conferência da Organização dos Estados Americanos, em 1969 (NIXON, 1969). Para Robert Putnam (2005, p. 169), os norte-americanos herdaram tradições de civismo, ao passo que aos latino-americanos foram legadas tradições de dependência vertical e exploração.

Uma das maiores causas para o fracasso apontado nos índices de desenvolvimento humano em muitos países onde o crescimento econômico entre as décadas de 1960 e 1990 não diminuiu a desigualdade social (UNDP, 1990), pode-se atribuir, entre muitas outras, à falta de percepção de quem governa às demandas sociais, Robert Dahl (2005, p. 26) atribuiu uma característica intrínseca à democracia, a de ser “responsiva” a todos ou quase todos os seus cidadãos. Como a América Latina esteve sob regimes ditatoriais ou caudilhescos por largos períodos no século XX, sem contestação pública legítima e sem direito pleno de participação da sua população em eleições e cargos públicos, explica-se, em certa medida, a concentração de renda.

Desde o fracasso da tomada da Baía dos Porcos com cubanos treinados nos Estados Unidos e a instalação de mísseis nucleares soviéticos na Ilha,

houve o recrudescimento da política externa com ditaduras campeando pela América Latina, muitas sob influência norte-americana (AYERBE, 2002; CARDOSO, FALETTO, 2011, p. 202). Ao que parece, os Estados Unidos, esteve disposto a não repetir a transigência que culminou numa das maiores ameaças de ataque soviético da Guerra Fria, bem como, sua hegemonia na região, apoiando nos anos 1970 “qualquer governo, militar, repressivo e autoritário que fosse, que se dispusesse a implementar na prática a aliança entre os estados locais e os interesses das empresas multinacionais” (CARDOSO; FALETTO, 2011, p. 202). Usando, ainda, as palavras de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2011, p. 36) “os modos de relação econômica [...] delimitam os marcos em que se dá a ação política”.

Os processos de democratização são por demais variados e a América Latina passou por diversas formas de abertura que fizeram a região passar de uma condição de conjunto de hegemonias fechadas para um conjunto de democracias relativamente integradas (MALLMANN, 2010, p. 21), onde, evidentemente, os custos de supressão da oposição passaram a ser maiores que os da tolerância. Robert Dahl esquematiza que os regimes hegemônicos podem passar para o que ele convencionou de regime poliárquico² (democracia possível) com liberalização e inclusão, permitindo a assim a contestação pública e o direito de participar em eleições e cargos públicos (2005, p. 52).

Redemocratização em diante: ao sul da fronteira

A implosão do acordo de Breton Woods, que tornou universal o dólar americano, com a crise do petróleo de 1973, gerou a diminuição das limitações nacionais aos investimentos; de outra forma as corporações passaram a buscar investidores ávidos de lucros no curto prazo, mais com ações do que com

² Os conceitos de democracia são amplamente trabalhados nos livros *Poliarquia* (2005) e *Sobre a democracia* (2001), de Robert Dahl.

dividendos. Empregos migraram e o trabalhador de classe média americano já não possuía a mesma segurança das décadas anteriores, mesmo sob a liderança dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, novos atores ascendentes passaram a rivalizar na geopolítica global, especialmente a China e a União Europeia (SENNET, 2006, p. 15-17).

Tão logo o capitalismo esteve seguro em terras latino-americanas, os regimes ditatoriais começaram a relaxar suas imposições. E a ordem democrática “alinhada” ao capital foi sendo restabelecida, sob a tutela de grupos dominantes (AYERBE, 2002, p. 60). Mas quando de alguma forma as oligarquias sentiram-se ameaçadas, como na eleição presidencial brasileira de 1989, onde o debate televisivo entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo foi editado pelo Jornal Nacional (FANTINATTI, 2009, p.193, 194), da Rede Globo, prejudicando Lula no canal de maior audiência da TV brasileira; agiram em causa própria, como uma *United Fruit Company* (*ibid.*, p. 112-113), ainda que não se possa aferir, ao certo, o peso da influência da mídia na eleição presidencial em 1989, ficou o estigma já que Lula a perdeu por uma diferença pequena de votos (SINGER, 2002, p. 65, 66).

Sustenta Robert Dahl (2005, p. 193) que “os atores econômicos motivados por interesses egoístas têm pouco incentivo para levar em consideração o bem dos outros”. Ideia defendida pelo ex-Presidente da Argentina Nestor Kirchner ao dizer em entrevista a Oliver Stone que quando um político é muito amigo de certos setores econômicos (como o bancário) é que “algo não anda bem, porque estes setores só veem a sua rentabilidade e não a rentabilidade da sociedade (tradução nossa)” (AO SUL..., 2011, cap. 6).

É capcioso apresentarmos alguns conceitos de Robert Dahl: um deles diz respeito a como a economia de mercado favorece e prejudica a democracia, de modo que ambas estão encerradas num conflito em que cada uma modifica e limita a outra (2001, p. 191). O segundo é que, em grande escala, a democracia necessita de funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações e cidadania inclusiva (Dahl, 2001, p. 99), desta forma ela ajuda os

cidadãos contra governos cruéis, garante direitos e liberdades individuais e também a autodeterminação, vivendo sob leis de sua própria escolha; garante ainda a igualdade política dos seus cidadãos e o desenvolvimento humano mais plenamente que qualquer alternativa viável (DAHL, 2001, p. 73).

A dinâmica pode ser virtuosa quando os países fazem a transição para instituições de mercado inclusivas e instituições políticas inclusivas. Mas isso é difícil e raro. O capitalismo oligárquico tende a invocar o seu próprio fim, seja porque abafa os motores produtivos da inovação – como nos regimes de substituição de importações fracassados da América Latina e do Caribe – ou porque o progresso material aumenta as aspirações das pessoas e põe em causa a concentração do poder numa pequena elite como nos casos do Brasil [...] (PNUD, 2010, p. 6).

No caso brasileiro, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva veio a eleger-se Presidente do Brasil, mas nesse ínterim, dezenas de estatais foram privatizadas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, muitas sob preços considerados abaixo do valor de mercado ou em transações financeiramente discutíveis (RIBEIRO JUNIOR, 2011).

Nos anos 2000, a maioria dos governos latino-americanos alteram sua ação e sua retórica nas relações com os países desenvolvidos. Liderados por figuras carismáticas (no sentido de Weber, 1982) como um índio (na Bolívia), um padre (no Paraguai), um metalúrgico (no Brasil), alinhando-se a uma agenda social ou esquerdista, iniciada a partir da Venezuela sob o *slogan* de uma revolução bolivariana ou ainda de socialismo do século XXI (AO SUL..., 2011).

O ex-Presidente da Argentina, Nestor Kirchner, comenta da reunião que teve com o ex-Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em que sugeriu um novo Plano Marshall e obteve como resposta que essa era uma ideia absurda dos democratas. Ainda ouviu que a melhor forma de revitalizar a economia é a “guerra” e que os democratas estavam errados. “Que todo crescimento econômico dos Estados Unidos foi encorajado pelas diversas guerras em que esteve (tradução nossa)” (AO SUL..., 2011, cap. 6).

Ainda segundo Kirschner, na 4ª Cúpula das Américas de Mar del Plata, em 2005, houve uma atuação coletiva e coordenada dos presidentes da região contra os interesses norte-americanos representados pelo governo Bush. Admitindo ter sido um dos passos mais importantes já dados no continente com o fim das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Além de não assinarem um documento final, sem a participação de Cuba (AO SUL..., 2011).

O governo brasileiro esteve disposto a impulsionar a integração da América do Sul conforme afirma Maria Izabel Mallmann (2010, p. 10, 11) nos anos 2000. Um dos atores dessa integração enfatizava “a única coisa que eu quero é ser tratado em igualdade de condições”, palavras do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva referindo-se à relação com os Estados Unidos (AO SUL..., 2011, cap. 7). A postura ativa do brasileiro foi repetida pelos presidentes latino-americanos entrevistados por Oliver Stone, no documentário *Ao sul da fronteira* (2011). Onde Lula narra o pagamento dos credores internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Clube de Paris, como um ato histórico. Cita também, o acordo entre Argentina e Brasil que prevê o uso de moedas locais no comércio bilateral ao invés do dólar norte-americano.

Ademais, Lula explicita o desejo de um parlamento sul-americano, de instituições sindicais unificadas, da criação de uma moeda única e se diz favorável à construção de um banco sul-americano para financiar os interesses da região (AO SUL..., cap. 7). “Se o FMI não abandonar seu histórico de implementar políticas severas com relação aos países emergentes e ser totalmente benevolente com os países desenvolvidos [...], ele terá dificuldade de recuperar a sua credibilidade”, justificou o então ministro venezuelano Rodrigo Cabezas (HEREDIA, 2007), um dos defensores da ideia do Banco do Sul. Contudo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil fez em muito a função de banco de fomento na região. E sob a gestão da Presidente Dilma Rousseff, só que numa escala global, a criação do Banco dos BRICS (bloco de países em desenvolvimento composto por Brasil, Rússia,

Índia, China e África do Sul), tentaria suprir o FMI e outros bancos internacionais para financiar obras de infraestrutura.

Embora a integração sul-americana esbarre em algumas assimetrias econômicas, surgiram novas formas de integrações culturais, sociais e identitárias. Outro aspecto é o maior custeio das despesas desta integração assumidas pelo Brasil, rompendo com seu histórico isolacionismo, como aponta Mallmann (2010, p. 16). O então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, perscrutado em entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo, se havia um movimento de “esquerdização” na América Latina, respondeu:

O que há, sem dúvida nenhuma, é uma tendência de governos mais comprometidos com reformas sociais, com maior autonomia em relação às grandes potências do mundo e maior vontade de integração regional. Se você identificar esquerda com a visão de progresso, reforma social, democracia e com forte defesa dos interesses nacionais, a resposta à sua pergunta é sim (AMORIM, 2006).

Por sua vez o Presidente Luís Inácio Lula da Silva declarou:

Estamos mudando o patamar de governança na América Latina. E pela primeira vez os pobres estão sendo tratados como seres humanos. O resultado do avanço político na América Latina é o resultado do fortalecimento da democracia” (AO SUL..., 2011, cap. 7, grifo nosso).

Indicadores

A assimetria econômica, geográfica e populacional da América do Sul é grande como lembra Mallmann (2010) e nem mesmo a ascensão nos índices de desenvolvimento humano na década de 2000 e a crise na Europa e nos Estados Unidos em 2008 colocaram sua população com patamares de pobreza e escolaridade próximos aos do mundo desenvolvido (NUDP, 2011). Mesmo

assim, os resultados da última década mostraram avanços e ao contrário do que previu o Richard Nixon; a diferença da renda *per capita* (por paridade de poder de compra) dos Estados Unidos estava em quatro vezes e meia a latino-americana (e caribenha) em 2009, conforme o *Human Development Report* 2011 (UNDP, 2011, p. 162 e 130), ou seja, menos de um terço do previsto.

Segundo as Nações Unidas, do ano 2000 até o ano de 2009 a taxa de ocupação aumentou de 58% para 61% (NU, 2011, p. 8) e de 1999 até 2009 o número de empregos informais caiu de 36% para 32% (*ibid.*, 9), na América Latina.

Com relação à desnutrição infantil, houve uma melhora significativa de 1990 a 2009, onde as crianças menores de cinco anos com peso abaixo do normal passaram de 10% para 4% (NU, 2011, p. 13).

O indicador que mede o número de pessoas vivendo com menos US\$ 1,25 por dia, por paridade de poder de compra, manteve-se estagnado entre 1990 e 1999, mas caiu de 11,2% da população latino-americana, para 5,5% entre 1999 e 2008 (UN, 2012, p. 2).

Houve um substancial aumento do número de alunos matriculados e de todos os indicadores de escolaridade (ensino fundamental) entre 1991 e 1999, seguido por um leve aumento entre 1999 e 2010 (UN, 2012, p. 6). O número de analfabetos entre os jovens (15 a 24 anos) vem caindo de forma regular nas duas últimas décadas, a taxa de alfabetização da América Latina nessa faixa etária é de 97,7%.

A mortalidade infantil recuou acentuadamente de 54 para 1.000 nascidos vivos, em 1990, para 35 em 2000 e 23 em 2010. Também aumentou significativamente o número de crianças que atingem um ano de vida, reduzindo esse tipo de mortalidade em mais de 60% por década (UN, 2012, p. 9). Nesse caso destaca-se a forte redução na mortalidade infantil entre 2000 e 2005 na Bolívia, no Peru, no Brasil e em Trinidad e Tobago, tendo estes últimos reduzido a taxa anterior em mais de 50% (ECLAC, 2009, p. 41).

O crescimento do Produto Interno Bruto por pessoa empregada que entre 1991 e 2001 subiu US\$ 229,00; enquanto, entre 2001 e 2011, aumentou US\$ 2.792,00 (UN, 2012, p. 2) na América Latina. Já o número de indigentes na região e no Caribe que em 2000 era de 89 milhões de pessoas, chegou a 97 milhões em 2002 e regrediu para 68 milhões em 2007. Os destaques na redução da pobreza e indigência entre 1999 e 2007 (ECLAC, 2009, p. 21) foram a Venezuela e o Equador. A Venezuela possuía, em 1999, 49% da sua população vivendo na pobreza, e destes, 22% eram indigentes; em 2007, o número de pobres caiu para 29%, sendo 9% indigentes. Já o Equador possuía 64% e 31%, vivendo, respectivamente, na pobreza e na indigência, em 1999; tendo reduzido esse número em 2007 para 39% de pobres, e deste, 12% de indigentes. Vale lembrar que no Equador a esquerda bolivariana ascende ao poder somente em 2007, com Rafael Correa, tendo sido presidido anteriormente por Alfredo Palacio.

Considerações finais

Evidentemente que as causas do histórico subdesenvolvimento e dependência na América Latina não são somente de origem externa. Muitas das razões que levaram a região a baixos índices de desenvolvimento humano têm raízes na formação de hegemonias oligárquicas que impediram a inovação da economia e dos meios de produção.

Outrossim, percebe-se nitidamente que a política externa americana possui um compromisso maior com as corporações civis e militares de seu país, do que a consolidação da democracia como princípio ideológico central.

Soma-se negativamente, após a ameaça socialista em Cuba, o retraimento da democracia latino-americana após os anos 1960, sob auspícios dos Estados Unidos. Os regimes militares atacaram os focos esquerdistas e as ditaduras campearam pela região, tornando-a, do ponto de vista político, hegemonicamente fechada até os anos 90.

Na medida em que se estabilizaram os regimes através de eleições livres, o papel da mídia foi fundamental para eleição de candidatos vinculados à pauta das oligarquias e de seus interesses econômicos. Na sequência houve uma onda de privatizações, que poderíamos chamar de *briberization*, conforme Joseh Stiglitz, ou de *privataria*, conforme Elio Gaspari.

Independente do controle ser estatal ou privado, foi a forma como foram levadas a cabo a venda de grandes empresas nacionais, sem o real pagamento aos cofres dos Estados, muitas vezes numa simples transferência de monopólio a multinacionais. Mas confrontando a visão estatizante, se pode dizer que grandes estruturas de corrupção, nepotismo e endividamento público foram repassadas à iniciativa privada, sobretudo porque eram mal geridas, como no caso dos bancos estaduais brasileiros (SAMUELS e MAINWARING, 2004). Contudo os serviços não evoluíram o esperado, criando algumas das taxas mais elevadas do mundo.

Com o surgimento de governos de partidos de esquerda nos anos 2000, sob a liderança de figuras carismáticas como os presidentes Kirschner, Lula e Chávez, instituiu-se uma nova retórica nas relações com os Estados Unidos. Encerram as negociações para criação de uma zona de Livre Comércio das Américas na Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, e buscaram-se relações com outros países para mitigarem a supremacia do Norte. Assim com uma política externa atuante, a América Latina, por vezes agindo em bloco frente aos países desenvolvidos, construiu novas pontes de investimento socioeconômico e superação parcial das relações de dependência.

No Brasil a estruturação fiscal empreendida pelo Governo Brasileiro, principalmente ao final do governo Fernando Henrique Cardoso (SAMUELS e MAINWARING, 2004) e os governos do Presidente Lula proporcionaram condições para a consolidação das instituições democráticas e de várias demandas populares.

Mas desde a década de 90, com o advento da abertura política, a região iniciou alguns avanços principalmente na área da educação. E nos anos 2000 viram-se avanços significativos no combate à pobreza e à mortalidade infantil, trazendo resultados expressivos na área social, principalmente na Venezuela e no Equador. Mesmo que ainda falte muito para nivelar-se com o ritmo de

desenvolvimento da Ásia, possui vantagens como a manutenção de regimes democráticos e laicos/seculares, que podem fazer a diferença a médio e longo prazos, dependendo muito mais de a quem servem: se aos interesses das pessoas ou às corporações internacionais, do que propriamente, se sob os auspícios da esquerda ou direita.

Nesse caso Stefan Zweig estaria certo em sonhar com o potencial brasileiro, de fato um país com mais de 8.500.000 metros quadrados tem um reservatório econômico imenso, que aos poucos começaram a gerar dividendos e alavancaram a balança comercial brasileira nos anos 2000.

Constatou-se uma oposição articulada de resistência à hegemonia imperialista dos Estados Unidos nos discursos e nas ações dos líderes latino-americanos no começo do Século XXI, dando certa razão a Eduardo Galeano e, apontando o caminho, o Brasil profetizado por Zweig, pode ter se tornando uma nova potência mundial em algumas áreas, considerando a situação de credor externo líquido e a pujança de reservas naturais, bem como monetárias.

Pesa contra o desenvolvimento da região, conforme apontam os indicadores, os baixos níveis de escolaridade (PNUD, 2013, p. 150-153). Ainda, a capacidade de permitir a “contestação pública plena”, no termo de Dahl (2005), através da liberdade de expressão, dos cidadãos latino-americanos, sendo constrangedoras prisões como a de Leopoldo López e a repressão na Venezuela, a aprovação de reeleições infinitas dos mesmos representantes neste país, na Bolívia e no Equador, formando novas “hegemonias fechadas”, também é um fator de desequilíbrio democrático, com grande risco de uso da máquina pública.

Já no Brasil a tolerância à contestação pública plena, tem garantindo amplo debate democrático. Com suas eleições livres, a agenda mais alinhada às causas sociais se manteve no poder, como na maioria dos países latino-americanos durante a década de 2000. Ainda que o sistema político brasileiro tenha gerado dificuldades de governabilidade.

Do ponto de vista da escolaridade (média de 7,2 anos em 2010) (PNUD, 2013), O Brasil está ainda atrás da maioria dos países da região. Contudo, como Em *Tristes trópicos*, Claude Lévi-Strauss lembra da “precariedade do tempo”:

Aprendi, vendo-vos vencer [referindo-se aos alunos no Brasil] em poucos anos uma distância intelectual que se poderia supor da ordem de vários decênios, como desaparecem e como nascem as sociedades; e que essas grandes reviravoltas que, nos livros, parecem resultar do jogo das forças anônimas agindo no centro das trevas, também podem, num claro instante, realizar-se pela ação viril de um punhado de crianças bem-dotadas (Lévi-Strauss, 1996, p. 100).

Referências

60 MINUTES. Brazil's rising star. CBSNEWS, New York, 12 Dez 2010. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/video/watch/?id=7143554n>>. Acesso em 12 abr. 2015.

AO sul da fronteira. Direção de Oliver Stone. [S.l.] Europa Filmes, 2011. 1 DVD (77 min.).

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

AMORIM, Celso. Amorim diz que EUA "pisaram no nosso calo". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u75290.shtml>>. Acesso em: 12 abr. de 2015. Entrevista concedida a Eliane Castanhêde.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001.

DÁVILA, Sérgio; MAISONNAVE, Fabiano. Chávez se diz confiante em reaproximação com EUA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1904200902.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. 5º *Summit of Americas: selected indicators*. Santiago: United Nations, 2009.

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HEREDIA, Lourdes. Why South America wants a new bank. *BBC News*, Washington, 10 dez. 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7068124.stm>> Acesso em: 12 abr. 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MALLMANN, Maria Izabel. Análise institucional da integração sul-americana. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 11-22, jan.-abr. 2010.
- NACIONES UNIDAS. Objetivos de desarrollo del milenio: informe 2011. Nueva York, 2011.
- NIELSEN. Prime Broadcast Network TV - United States. *Nielsen*, New York. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/us/en/top10s.html>> Acesso em: 12 abr. 2015.
- NIXON, Richard. Remarks to the Assembly of the Organization of American States. *The american presidency project*, 14 abr. 1969. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=1996#axzz1zyOq8mbl>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. New York: PNUD, 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. New York: PNUD, 2013.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RIBEIRO JUNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- SAMUELS, David. e MAINWARING, Scott. 2004. Strong Federalism, Constraints on the Central Government, and Economic Reform in Brazil. In: *GIBSON, Edward. Federalism and democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press (p. 85-131).
- SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, André Vitor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989*. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Economic growth and human development. In: _____. *Human Development Reports*. New York: UNPD, 1990.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Reports*. New York: UNDP, 2011.

UNITED NATIONS. The Millenium Development Report. New York: UN, 2012.

WEBER, Max. A sociologia da Autoridade Carismática. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZWEIG, Stefan. *Brasil: o país do futuro*. Rio de Janeiro: Delta, 1960.